

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAPÁ
Autorquia Federal - Órgão Fiscalizador e Disciplinador do Exercício Profissional
(LEI 5.905/73)
UTILIDADE PÚBLICA
(LEI Nº 2.026/2012 - PMM)

1 TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE
2 ENFERMAGEM DO AMAPÁ – 2016.
3 Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às oito horas e quarenta
4 e cinco minutos, reuniram-se os conselheiros: Dr. Aurinex Moraes Guedes, Dr. Marco
5 Antonio Balieiro de Almeida, Dra. Sandra Suely Rufino da Silva Galan, Sr. Emerson Costa
6 dos Santos, Sr. Jairo Moraes Saraiva, Sra. Francisdalva Coutinho Pires, o conselheiro
7 Emerson Eder Pureza da Silva justificou sua ausência. O Presidente deu boas vindas ao
8 Conselheiro Carlos Corrêa Cruz, homologado pelo Cofen para compor o plenário do Coren-
9 Ap como membro suplente. O conselheiro Carlos Cruz agradeceu a confiança e afirma que
10 vêm para trabalhar conjuntamente com o atual plenário para o crescimento do Regional. O
11 Presidente faz a abertura da sessão com a verificação de quorum; realizado leitura da ata da
12 Segunda Reunião Ordinária do Coren-Ap de dezessete de fevereiro do ano de dois mil e
13 dezesseis, que foi aprovada por maioria dos votos dos conselheiros presentes. O presidente
14 toma a palavra e passa ao **Expediente (comunicação do presidente)**: informes: O presidente
15 informa que esteve presente na ROP do COFEN realizada na cidade de Rio Branco, no Estado
16 do Acre, onde fez a defesa dos projetos de interesse do Coren-Ap, como o projeto Munean e o
17 Mês da Enfermagem, discutidos naquela sessão; o presidente esclarece que o Projeto Mês da
18 Enfermagem foi aprovado com algumas ressalvas; o presidente informa que na ROP do Cofen
19 foi discutida a formação de profissionais de Enfermagem pela modalidade EAD, sendo o
20 Sistema COFEN/CORENs contrário a esta modalidade de formação para a Profissão de
21 Enfermagem; o presidente informa que faremos uma audiência pública pra tratar deste tema
22 na Assembleia Legislativa do Amapá, que poderá ocorrer no dia vinte e oito de abril do ano
23 de dois mil e dezesseis; processo administrativo P2016/000273 que trata da demissão de
24 funcionários do Coren-Pe, na qual a presidente daquele Regional demitiu os funcionários por
25 não serem concursados, a mesma não concordou com determinação do Cofen para readmiti-
26 los, e a diretoria do Coren-Pe foi afastada por decisão do Conselho Federal de Enfermagem; o
27 presidente do Coren-Ap informa que o presidente do Coren-Ma foi afastado novamente por
28 decisão do Cofen, por desobediência e falta de decoro ; O presidente abre palavra membros
29 do plenário; o conselheiro Emerson Costa informa que está ocorrendo mortes de recém
30 nascidos, pela não realização de aspiração oro traqueal nos finais de semana, na UTI NEO do
31 Hospital da Mulher Mãe Luzia, relata que este fato ocorre pela a ausência do profissional
32 Fisioterapeuta, e que famílias contratam profissionais fisioterapeutas que não estão ligados a
33 rede pública para realizarem estes procedimentos nos finais de semana; e que esta situação
34 poderá ocasionar alguma implicação ao profissional de Enfermagem daquela Instituição, pelo
35 mesmo se recusar em realizar este procedimento por falta de condições de trabalho e
36 diminuição de profissionais de enfermagem nos finais de semana e por declinarem na
37 competência técnica. **Ordem do dia: 1º Item de pauta-** O Presidente leva a discussão
38 processo administrativo 0066/2016-memorando da assessoria contábil, que esclarece que para
39 a aprovação da prestação de contas, faz-se necessário a nomeação de um conselheiro para
40 emitir um parecer técnico e deve constar levantamento patrimonial, e informações sobre
41 inscrição de débito de anuidades na dívida ativa; o conselheiro Jairo saraiva foi designado
42 para realizar levantamento de bens patrimonial do Coren-Ap e o conselheiro Carlos Cruz
43 designado para realizar relatório final de prestação de contas. Após discussão do tema, os



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAPÁ
Autorquia Federal - Órgão Fiscalizador e Disciplinador do Exercício Profissional
(LEI 5.905/73)
UTILIDADE PÚBLICA
(LEI Nº 2.026/2012 - PMM)

44 nomes dos conselheiros Jairo Saraiva e Carlos Cruz, foi aprovado por unanimidade pelos
45 conselheiros presentes. **2º Item de pauta da Ordem do Dia:** O Presidente leva a discussão o
46 memorando nº 60 que trata do cronograma de visitas técnicas nas unidades, pela comissão de
47 fiscalização do Coren-Ap, o presidente leva a discussão o memorando 59 que trata da
48 solicitação de pagamento de diárias as fiscais Danielle, Ruane e Maria Ester, em datas
49 diferentes. O conselheiro Jairo sugere reformulação do cronograma devido ao período
50 chuvoso e também diminuição do quantitativo de diárias solicitadas; o conselheiro Emerson
51 Costa também sugere a reformulação do cronograma, mantendo parte do mesmo; o presidente
52 Aurinex Moraes sugere o redimensionamento do cronograma, mantendo visitas nos
53 municípios de fácil acesso e retomada do cronograma para visitas nos municípios de difícil
54 acesso para o mês de junho, com a diminuição do período chuvoso. Após discussão da
55 matéria, o presidente leva a proposta de reformulação do cronograma de fiscalização a
56 votação, sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes; **3º Item de pauta-**
57 **Da Ordem do Dia :** Apresentação da Reformulação Orçamentária para o ano de dois mil e
58 dezesseis do Coren-Ap, o conselheiro Tesoureiro Jairo Saraiva expõe os detalhes do processo
59 de reformulação onde houve contingenciamento de recursos das rubricas de diárias, auxílios
60 representação, passagens, etc.; o conselheiro Jairo esclarece que esta medida é necessária para
61 cumprimento de algumas demandas e compromissos assumidos pelo Coren-Ap, após
62 discussão o presidente leva a matéria a votação sendo aprovada por unanimidade pelos
63 conselheiros presentes a reformulação orçamentária do ano de dois mil e dezesseis; **4º Item**
64 **de pauta – Da Ordem do Dia:** Proposta de pagamento de dívida trabalhista, em
65 cumprimento de ação judicial, pelo Coren-Ap no valor total de R\$ 61.352,72, a serem pagos
66 de forma parcelada; o presidente Aurinex Guedes esclarece que é a favor do pagamento da
67 dívida, somente após homologação pelo COFEN, após discussão o presidente leva a matéria a
68 votação sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes a proposta de
69 pagamento de dívida trabalhista; **5º Item de pauta – Da Ordem do Dia:** Apresentação da
70 Reformulação Orçamentária executada no ano de dois mil e quinze, o conselheiro Jairo
71 Saraiva expõe os detalhes da reformulação; o presidente esclarece que a referida reformulação
72 deverá ser aprovada e encaminhada ao COFEN urgentemente, após discussão o presidente
73 leva a matéria a votação sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes a
74 reformulação orçamentária do ano de dois mil e quinze; **6º Item de pauta – Da Ordem do**
75 **Dia:** Processo administrativo nº 2014/003541 – que solicita cancelamento de cobrança de
76 anuidade da profissional técnica de enfermagem Alcilene Alves Corrêa Beleza, solicita
77 cancelamento das anuidades de dois mil e dez, e dois mil e onze e parcelas do acordo de dois
78 mil e oito e dois mil e nove, a mesma justifica através de boletim de ocorrências que perdeu
79 os comprovantes de pagamento, após discussão o presidente leva a matéria a votação sendo
80 aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes o indeferimento da solicitação supra ;
81 **7º Item de pauta – Da Ordem do Dia:** Aprovação dos Residentes da Core no Coren-Ap
82 como campo de atuação para aprimoramento de seus conhecimentos, serão acompanhados
83 pela Dra. Maria Ester da comissão de fiscalização, pelo assessor executivo e por
84 conselheiros, o presidente relata que os residentes não foram bem recebidos pelos
85 profissionais da comissão fiscalização, o conselheiro Marco Antonio, reconhece a importância
86 do curso de Residência em Enfermagem e a implementação no Coren-Ap será muito



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAPÁ
Autorquia Federal - Órgão Fiscalizador e Disciplinador do Exercício Profissional
(LEI 5.905/73)
UTILIDADE PÚBLICA
(LEI Nº 2.026/2012 - PMM)

87 importante, após discussão o presidente leva a matéria votação sendo aprovada por
88 unanimidade pelos conselheiros presentes; **8º Item de pauta - Da Ordem do Dia:** Projeto Mais
89 Fiscalização – retirado de pauta; **9º Item de pauta - Da Ordem do Dia:** Criação de gratificação
90 ao setor de cobrança por acumulo de serviços administrativos, a funcionária fez uma contra proposta e
91 solicitou folgas em alguns períodos a tarde, pois está em conclusão de curso superior e entrará em
92 campo de estágio, esta proposta será concedida através de registro em documento formal, após
93 discussão o presidente leva a proposta a votação sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros
94 presentes a concessão de folgas; **10º Item de pauta - Da Ordem do Dia:** Processo nº P2016/000182
95 - Solicitação de Dilação de prazo ao ICCA Ad referendum por trinta dias, após discussão o presidente
96 leva a proposta a votação sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes a dilação de
97 prazo; **11º Item de pauta - Da Ordem do Dia:** Processo nº P2016/000276 - Solicitação de Dilação
98 de prazo à clínica Dr. Brito por trinta dias, após discussão o presidente leva a matéria votação, sendo
99 aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes a solicitação; **12º Item de pauta - Da**
100 **Ordem do Dia:** Processo nº P2015/002175 - Solicitação de dilação de prazo a SEMSA do Município
101 de Mazagão Ad referendum por trinta dias, após discussão o presidente leva a matéria a votação,
102 sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes a solicitação; **13º Item de pauta - Da**
103 **Ordem do Dia:** Processo nº P2016/000189 - Solicitação de dilação de prazo a DEGESP Ad
104 referendum por trinta dias, após discussão o presidente leva a matéria a votação, sendo aprovada por
105 unanimidade pelos conselheiros presentes a solicitação; **14º Item de pauta - Da Ordem do Dia:**
106 Processo nº P2016/000224 - Ministério Público do Trabalho, referente falta de condições de
107 trabalho, e estrutura física na UBS Vila Nova, o MPT declinou do processo e encaminhou ao
108 Ministério Público Estadual, o plenário do Coren-Ap fará o acompanhamento deste processo
109 junto ao MPE; após discussão o presidente leva a proposta de arquivamento do processo,
110 sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes; **15º Item de pauta - Da**
111 **Ordem do Dia:** Processo nº 000045/2015 parecer jurídico, sobre publicidade dos relatórios de visitas
112 de fiscalização e alteração do artigo 4º da Decisão nº 004/2015 que versa sobre o tema, e retificou-se
113 que somente se dará publicidade aos relatórios da Comfis, após visita de retorno as unidades
114 fiscalizadas; após discussão o presidente leva a proposta de alteração do artigo 4º da decisão conforme
115 parecer jurídico, sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes; **16º Item de pauta –**
116 **Da Ordem do Dia:** Processo nº005611/2016- Ressarcimento e cancelamento de anuidade,
117 solicitado pela profissional Técnica de Enfermagem Maria Madalena da Silva Pantoja, a
118 mesma cancelou sua inscrição e após pagou anuidade, após discussão do tema, o presidente
119 leva a matéria a votação, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes o
120 ressarcimento do valor da anuidade; **17º Item de pauta - Da Ordem do Dia:** Processo nº
121 2014/000085 - que trata de ressarcimento de anuidade da profissional Enfermeira Dra. Maria
122 Raimunda dos Santos, pago em duplicidade no ano de dois mil e quatorze, porém atualmente
123 consta em nossos registros aberto as anuidades dos anos de dois mil e quinze e dois mil e
124 dezesseis; foi feito a proposta de conciliação com a referida profissional para compensação de
125 anuidade em aberto, e o conselheiro Jairo Saraiva propôs- se a realizar a conciliação; após
126 discussão do tema, o presidente leva a proposta de conciliação a votação, sendo aprovada por
127 unanimidade pelos conselheiros presentes; **18º Item de pauta - Da Ordem do Dia:** Processo nº
128 P2016/005654 - que trata de ressarcimento de anuidade, da profissional Técnica de
129 Enfermagem, Chirley Núbia Queiroz de Souza Moraes, pago em duplicidade no ano de dois
130 mil e dezesseis; após discussão do tema, o presidente leva a matéria a votação, sendo
131 aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes o ressarcimento; **19º Item de pauta -**



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAPÁ
Autorquia Federal - Órgão Fiscalizador e Disciplinador do Exercício Profissional
(LEI 5.905/73)
UTILIDADE PÚBLICA
(LEI Nº 2.026/2012 - PMM)

132 **Da Ordem do Dia:** Processo nº P2016/000303 - que trata de ressarcimento de anuidade do
133 profissional Técnico de Enfermagem Antônio Lopes, pago em duplicidade no ano de dois mil e
134 dezesseis, sendo complicado a comunicação com o referido profissional, devido a distância do
135 Município onde mora, foi feita a proposta de compensação do valor pago, para a anuidade do ano de
136 dois mil e dezessete; após discussão do tema, o presidente leva a votação a proposta de compensação
137 de anuidade, sendo aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes; **20º Item de pauta - Da**
138 **Ordem do Dia:** Parecer 001 da Comissão de Fiscalização do Coren-Ap, sobre a legalidade da
139 participação do profissional de Enfermagem no Serviço GTA, o parecer opina pela não participação
140 do profissional de Enfermagem nesta modalidade de serviço no Estado, devido a aeronave não dispor
141 de condições técnicas necessárias para este tipo de resgate, ficando a atuação do Profissional de
142 Enfermagem vulnerável; a Conselheira Francisdalva Coutinho Pires comenta a não aprovação de
143 profissionais de enfermagem nesta modalidade de resgate, visto a vulnerabilidade que tais
144 profissionais estão expostos, por ser ambientes insalubres, apresentando inconformidades com a Lei
145 do exercício Profissional e o Próprio Código de ética dos Profissionais de Enfermagem; após o
146 Presidente ler na íntegra o parecer, e a discussão do tema pelo plenário, o Presidente leva o parecer da
147 comissão de fiscalização a votação, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. O
148 Presidente pergunta se há mais algum questionamento. Nada mais havendo a tratar, o Senhor
149 Presidente do Coren-Ap declarou encerrada a reunião da qual eu, Marco Antonio Balieiro de
150 Almeida, secretário desta sessão, lavrei a presente ata as onze horas e vinte e dois minutos,
151 que dato e assino juntamente com todos os presentes.

152

153

154 Dr. Aurinex Morais Guedes

155

156

157 Dr. Marco Antonio Balieiro de Almeida

158

159

160 Dra. Sandra Suely Rufino da Silva Galan

161

162

163 Dr. Carlos Corrêa Cruz

164

165

166 Sr. Jairo Moraes Saraiva

167

168

169 Sra. Francisdalva Coutinho Pires

170

171

172 Sr. Emerson Costa dos Santos

173

174

